



A POLÍTICA DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — SUAS NECESSIDADES

Caspar Weinberger

Entrevista dada pelo Secretário de Defesa dos EUA a representantes da imprensa mundial, em 5 de maio de 1981.

Hoje desejo falar sobre a política de defesa da Administração REAGAN, de como a temos formulado nos meses recentes. Desejo dizer alguma coisa a respeito dos nossos Objetivos, sobre a nossa Estratégia para enfrentar as diferentes pressões e contingências, e também a respeito das mais prementes metas de nossa Capacidade de Poder.

Sem sombra de dúvidas, farei uma descrição incompleta da nossa Política de Defesa. Não quero exigir demais de suas paciências descendo a detalhes; só pretendo adiantar-lhes alguns dos aspectos principais. Os senhores devem compreender a nossa Política de Defesa da forma como a apresentaremos e considerar que ela abrange muitos aspectos da nossa Segurança. Ela deverá ser capaz de conter todas as pressões significativas e todas as possíveis alternativas, passíveis de colocar em perigo a nossa Segurança. Quando se trata da Seguran-

ça de nosso país, não devemos estar preparados somente para enfrentar aquelas pressões que são mais fáceis de se lidar. A grande conclusão da nossa análise está no objetivo fundamental, que é fazer tudo o que seja necessário para preservar a paz com liberdade, e fazê-lo com oportunidade.

Como destacados representantes da imprensa mundial que são, é natural que os senhores estejam provavelmente desejando que eu lhes fale mais a respeito de novidades na nossa Política de Defesa, do que naquilo que lhe dá continuidade. Eu lhes daria, porém, uma imagem distorcida se não viesse a fazer menção também a algumas de suas constantes.

Como lhes falei, o principal objetivo dos nossos esforços de defesa têm sido a manutenção da paz com liberdade. A paz sozinha não é suficiente. Tecnicamente ou teoricamente existe paz na Polônia. E não desejamos assegurar a paz com liberdade unicamente nos dias

atuais; nós a queremos também para o futuro, e não só para nós e nossos descendentes, mas para muitas daquelas outras nações que se unem a nós em uma aliança para a Defesa Comum.

Dos nossos compromissos e alianças resultam algumas dessas constantes que se tornam importantes para a nossa estratégia, tática, e o nosso desdobramento, isso porque esses assuntos têm sido tratados em comum acordo. E se surgir a necessidade de atualização provocada pelo aumento de uma pressão ou pelo surgimento de nova tecnologia, nós voltaremos a buscar o comum acordo.

Desse modo, entre os aspectos que terão continuidade na nossa Política de Defesa está a Estratégia Básica para a OTAN, conforme foi estabelecida no acordo e que requer poder em meios militares convencionais, meios militares nucleares táticos no Teatro de Operações (TO) e forças nucleares estratégicas de modo a constituir a gama completa dos recursos de Dissuasão. Nós também nos reengajamos no fortalecimento dos meios militares convencionais dos EUA na Europa, no aumento de sua capacidade de emprego imediato (prontidão); procuramos progredir em acordo com os demais na modernização das armas nucleares táticas do TO, como também associando os nossos esforços com vistas à negociações para o controle de armas.

Então, o que temos de novidade na nossa Política?

É o que tem mudado a nossa determinação para responder realisticamente ao crescimento das pressões, toda vez que elas vierem a confrontar a nossa Segurança Nacional.

Por mais de uma década a União Soviética vem fazendo despesas com armamento convencional que tem correspondido ao dobro das nossas. E os seus

investimentos com armamento nuclear estratégico têm sido o triplo dos nossos. Esses fatos não são novos; vocês já ouviram falar deles anteriormente.

O que temos de novidade é que os americanos, no último outono, reasseguraram sua crença de que a nossa nação deve restabelecer o seu Poder Militar como prometeu o Presidente REAGAN. O que vem a ser a novidade é que nós decidimos que a América pode, e de fato deve, permanecer uma grande potência se nós quisermos manter a paz e a liberdade. O que é novo é a determinação do Presidente REAGAN e de todos aqueles que o servem, em diminuir as despesas federais e assim restringir a participação do governo, de modo a dar lugar a uma vitoriosa expansão dos nossos esforços para defesa, sem que isso venha a causar maior inflação.

O crescimento do poder militar soviético em armas, nos últimos 15 anos, não constitui a única atualização em pressões a que nós devemos dar atenção. Durante esse mesmo período, o poder soviético tem crescido de igual modo em outras expressões. A União Soviética tem feito uma significativa expansão geoestratégica implantando bases militares no Oriente Médio, na África e, além do mais, tomando pé na Etiópia, no Iêmem e no Afeganistão, ameaçando os vitais campos petrolíferos do Oriente Médio e, de fato, a paz mundial. Essas bases e instalações eram anteriormente neutras ou estavam na nossa área de influência: as forças soviéticas vêm crescentemente sendo projetadas e desdobradas com a finalidade de aproveitar a vantagem obtida com a última conquista que tenham realizado, como acesso para se lançarem em novas conquistas.

Desse modo, a capacidade soviética de projetar o seu poder além de suas

fronteiras tem crescido, o acesso dos americanos e de seus aliados a bases e ao espaço aéreo em muitas áreas de interesse são críticas tem diminuído, particularmente, nas regiões vitais do Oriente Médio.

Durante esse período nós temos permitido que a nossa deterioração do nosso poder nuclear pudesse ser estabilizado por meio dos acordos de controle de armas e de que os líderes soviéticos, de fato, co-participavam desse nosso objetivo visando ao equilíbrio nuclear estável.

É um infortúnio, na verdade um fato trágico, que esta nossa esperança venha sendo maliciosamente deturpada: os gastos soviéticos em armamentos, particularmente em armas estratégicas, cresceram mais rapidamente e mais decididamente durante o chamado período de "détente", do que no da chamada "guerra fria". Isto não quer dizer que a "détente" (distensão) tenha motivado o preparo soviético, declaração que alguns jornais europeus quiseram atribuir à minha pessoa. Quer dizer que a distensão diminuiu somente os nossos investimentos em armas estratégicas.

Como eu estou dando ênfase na necessidade em dar resposta ao ininterrupto crescimento dos arsenais soviéticos, não quero ser incompreendido como se pensasse que o poder militar soviético venha a ser a única pressão que preocupa o Departamento de Defesa. Nós e os nossos aliados estamos ficando criticamente dependentes de regiões do mundo que estão sujeitas a grande instabilidade. Muitos de nossos recursos vitais provêm dessas regiões. E, nessas áreas, algumas nações estão fortemente armadas e são também hostis com relação a nós. Essas pressões regionais aos nossos interesses e às instabilidades re-

gionais em geral, freqüentemente constituem uma atração para as diversas formas de intervenção soviética. Elas vêm a ser as águas agitadas preferidas para pescaria ao gosto dos soviéticos. Basta que olhemos para a Síria, Iran e Iraque, sem precisar que citemos também os distúrbios do Caribe, para que constatem isso.

Não podemos enfrentar sozinhos todos os desafios de expansão que possam surgir. Temos que contar com uma maior e mais cerrada cooperação dos nossos amigos e aliados. Na verdade, os compromissos e interesses em que estamos envolvidos e que devemos apoiar em quase todos os quadrantes do globo não são pontos de interesses isolados. Por exemplo, que fazemos nós para garantir a continuidade do fluxo de petróleo do golfo pérsico para o Japão e Israel, e para todos os nossos aliados europeus? Que faz o Japão para fortalecer a sua defesa, aumentando nossa capacidade para atender as nossas obrigações de acordo com os tratados com a Austrália e a Nova Zelândia? O que a Austrália e a Nova Zelândia contribuem para que asseguremos os acessos por Leste ao Oceano Índico e, com isso, aumentar a nossa capacidade, como também a da OTAN, para conter qualquer pressão coercitiva nos planos da OTAN mais distantes que são os da Turquia e da Noruega?

Nossos interesses e compromissos, nossas alianças e os nossos tratados são, ao mesmo tempo, direitos e obrigações.

Essa associação de interesses e de encargos do mundo livre cria obrigações mútuas de participação nas responsabilidades da nossa defesa comum. Creio que o Presidente REAGAN constituiu um exemplo de coragem e de liderança política, ao cortar com adequação muitas

despesas domésticas do governo, de grande conteúdo político, enquanto cria oportunidade para aumentar os nossos recursos, necessários para enfrentar a pressão militar crescente. Eu sei que nossos aliados têm ficado profundamente impressionados com este exemplo. Espero que muitos deles encontrarão possibilidades para poder segui-lo. Como participante na defesa comum, todos nós devemos assumir um esforço adequado ao nível apropriado.

No passado, nós e nossos aliados gozávamos de uma vantagem em tecnologia e nas suas aplicações na defesa. Hoje não podemos ter como garantida essa vantagem e, se ela existe, será mantida em matérias importantes para nossa defesa. Tenho certeza de que os Estados Unidos dispõem de recursos humanos capazes de manter e conduzir essa liderança — a habilidade, a imaginação, a inventividade. Não temos dado, entretanto, a suficiente atenção à nossa tecnologia como um valioso e limitado recurso nacional; negligenciamos essa parcela de recursos que devem ser dirigidos para que continuemos assegurando à nossa nação o poder e a liberdade. Temos que guardar com ciúmes a nossa tecnologia que tenha aplicação militar. Compreendam que quando estamos falando a respeito de "transferência de tecnologia leste-oeste", não estamos falando com relação a transferir o patrimônio nacional em uma direção — de oeste para leste.

Permitam-me voltar agora a algumas questões de estratégia de defesa. É missão primordial do Departamento de Defesa estar preparado para conduzir a guerra; isto porque se estivermos despreparados estaremos fazendo um convite à agressão e, da mesma forma, ao

desastre, se tentarmos enfrentá-la sem o adequado preparo.

O terrível paradoxo que enfrentamos constantemente é que, tentando preservar a paz com liberdade, deveremos nos fortalecer com armas que jamais iremos usar, se formos bem sucedidos. Sabemos, de uma experiência de aproximadamente 20 anos com os soviéticos, que a contenção unilateral é a mais perigosa de todas as políticas, e que é a política que mais provavelmente provoca o expansionismo ou a subjugação.

Para cumprir nossa missão, devemos restabelecer a nossa capacidade de mobilizar nossas forças rapidamente e apoiá-las no combate que, dessa forma, esperamos evitar. Em consequência, temos acrescido vultosos investimentos na capacidade de pronto emprego (aprestamento), na revisão de nossos orçamentos de Defesa para 1981/82.

Entretanto, todos os investimentos feitos em equipamento e pessoal não serão suficientes se estivermos despreparados para responder adequadamente aos alarmes. E a história nos tem ensinado que os alarmes de ataques são quase sempre ambíguos.

Cumpra-nos desenvolver e implementar melhoramentos para fortalecer nossa capacidade de responder a alarmes. Estamos desenvolvendo melhores sistemas de comando e de comunicações que sejam duráveis e que, em consequência, possam ter emprego adequado numa guerra.

As novas forças soviéticas de projeção do poder não somente proporcionam um alcance sem precedentes às aventuras militares soviéticas em regiões de mais alta importância para nós, como são também inerentemente capazes de executá-las com rapidez. Por essa razão, temos de estar em condições de deslocar

nossas forças rapidamente. A escala e a velocidade com que o Afeganistão foi invadido demonstram que a capital de um país e todos os seus aeroportos podem cair sob o controle militar soviético em questão de horas.

É mister que reconheçamos com franqueza a possibilidade de ocorrer uma operação militar semelhante contra outros países em que sejam vitais os interesses do Ocidente. É possível que no meio de uma noite qualquer sejamos acordados com a notícia de que a União Soviética está na iminência de realmente invadir um país que nos cabe defender, mas onde não possuímos nem bases nem tropas. Para sermos precisos, temos planos de emergência; mas estarão nossas forças realmente preparadas para executá-los? Para sermos ainda precisos, existem preparativos para conduzir uma crise; mas estaremos também administrativa e psicologicamente preparados com todas as detalhadas e indispensáveis providências para deslocamentos militares rápidos e de longo alcance? Eis porque coloco tanta ênfase no aperfeiçoamento de nossa capacidade de mobilizar nossas forças, e de mobilizá-las rapidamente. Não podemos contar novamente com o mesmo tempo de preparação que tivemos para nos aprontar para a Segunda Guerra Mundial, na época, quase que insuficiente.

Mais importante ainda: temos que implantar uma presença militar mais forte em áreas vitais, para enfrentar uma potencial agressão antes que ela se torne um fato consumado. É esta a razão do esforço que estamos fazendo para sermos capazes de um rápido desdobramento de forças no Oriente Médio. E é também o motivo de importantes disposições da "Lei de Assistência à Segurança", ora sob apreciação do Congresso,

que se destina a ajudar países como a Turquia, o Egito, Sudão e Israel.

Entretanto, dentro de alguns anos, nós e nossos aliados, não mais teremos condições de reorganizar suficientemente nosso poderio de modo a enfrentar todos os riscos de agressão militar. Uma agressão com apoio soviético contra algum dos nossos interesses vitais em regiões distantes do mundo, poderá sobrepujar parte de nossas forças. O que vale numa guerra não é vencer a primeira batalha, e sim a última. Torna-se cada vez mais evidente que não podemos, e na verdade não devemos, depender exclusivamente de forças estratégicas nucleares, e que necessitamos de um maior poderio convencional para conter o agressor convencional que possa ser empregado contra nós.

Temos de estar preparados para desfechar contra-ofensivas em outras regiões e para explorar as deficiências do agressor, onde quer que as descobriremos. Em outras palavras, devemos estar preparados para travar uma guerra convencional que possa se estender a muitas partes do globo, caso a agressão local e persistente por parte de forças superiores não possa ser repelida. É nesse contexto que nossas necessidades por uma superioridade naval adquire uma dimensão especial.

Por tradição histórica, sempre temos dependido fortemente de nossa base industrial. Estamos bem lembrados de quão decisiva foi nossa genialidade produtiva e decisiva em nos dar a vitória em ambas as grandes guerras neste século. Hoje, é óbvio que temos de depender da prontidão de nossas forças nucleares para dissuadir um ataque nuclear, bem como para evitar um ataque convencional contra o nosso principal sistema de

aliança. Mas é a nossa imensa e latente capacidade para expandir a produção de defesa o que sempre tem proporcionado um adicional e poderoso dissuasor contra uma agressão à paz nas demais regiões onde tenhamos interesses vitais.

Não obstante, não podemos contar com essa qualidade como garantida. Através dos anos, temos negligenciado nossa capacidade de mobilizar a indústria para a defesa. Coube-me instituir modificações em nossos métodos de compra de armamentos (o chamado processo de aquisição), destinados a reduzir custos e prazos na compra de armas em tempo de paz. Além disso, tais reformas também aumentarão nossa possibilidade de mobilizar a indústria em tempo de guerra ou durante uma emergência importante. Em primeiro lugar, colocar-nos em condições de expandir substancialmente nossos esforços de defesa, se tivermos de fazê-lo, constituirá um aspecto de custo muito baixo em nosso programa de defesa — e além do mais aquele que traz grandes retornos compensatórios na defesa da nossa segurança. Em segundo, tais procedimentos têm uma particular importância em países como o nosso. As democracias acham difícil conduzirem-se e perseverarem num programa de defesa e numa política externa atuantes e a longo prazo. Como frisou De Tocquville, há bastante tempo, "A política externa raramente exige qualquer daquelas qualidades que são peculiares à democracia; o que ela exige, ao contrário, é o uso perfeito de quase todas aquelas qualidades nas quais ela é deficiente". Pelo mesmo motivo, as democracias são naturalmente avessas à manutenção de imensos arsenais e de grande quantidade de homens em pé de guerra, em tempo de paz. Não podemos esperar, nem é nossa

intenção, igualarmo-nos a nossos adversários em forças terrestres durante a paz. Assim sendo, o preparo e a capacidade de rapidamente mobilizar nosso poderio industrial constitui a nossa reserva compensadora do poder militar.

Hoje, na medida em que nossa política de defesa for desenvolvida e posta em execução, não faltará quem se proponha a dar-lhe um rótulo fácil e simplificado para descrevê-la de forma a se ajustar numa manchete sensacionalista. Não duvido que breve ouviremos falar de uma "Estratégia X" ou de uma "Doutrina Y". Mas em nosso mundo fluido e complexo, as políticas e as doutrinas que devam orientar nossa defesa jamais poderão ser definitivas e acabadas, isto é, encerradas em termos dogmáticos.

O que propomos a fazer é claro. E também será clara a razão pela qual o faremos. Tem ocorrido um imenso aumento no poderio soviético, e o desequilíbrio é cada vez maior entre suas forças e as nossas.

— Dessa maneira, sentimos que nos é imperioso fortalecer a capacidade de dissuasão de nossas forças nucleares, partindo para deslocar ao ponto correto o atual desequilíbrio estratégico.

— Temos de manter em plenitude nossos compromissos com a OTAN, no que se refere à dissuasão nuclear e convencional.

— Nossos compromissos e interesses globais determinam que nossas forças armadas adquiram maior raio de ação, maior mobilidade e maior capacidade de sobrevivência. Isso significa que o poderio naval seja capaz de dominar as vias marítimas que são vitais para nós e nossos aliados. Significa que devemos desenvolver urgentemente maior capacidade para dar resposta às crises, o mais

afastado possível do nosso litoral, e lá permaneceremos pelo tempo que se fizer necessário.

— O Golfo da Arábia é uma dessas áreas vitais para nós e para nossos aliados. A dependência ocidental de seu petróleo significa que devemos ter a garantia de que podemos responder eficientemente a qualquer ameaça nessa região.

A idéia de que todas as guerras convencionais serão curtas está ultrapassada pelos acontecimentos. Guerras convencionais poderão ocorrer em qualquer escala; se valorizarmos nossa liberdade, estaremos em condições de defender-nos em guerras de qualquer tamanho e for-

ma, e em qualquer região onde tenhamos interesses vitais.

— Não temos a pretensão de fazer tudo isso da noite para o dia. Algumas das metas em que estamos empenhados são tarefas obviamente contínuas. Se formos persistentes — e o povo americano está determinado a persistir — poderemos realizar mudanças, e não apenas no equilíbrio estratégico. Uma defesa aperfeiçoada acarretará consigo maior estabilidade internacional e a esperança constante de podermos legar aos nossos descendentes o inestimável privilégio da paz com liberdade.

(Tradução da equipe de redatores de A DEFESA NACIONAL)